



newsletter

Nº 86 – MARÇO / 2014

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Fevereiro de 2014	2
Contabilização de Swaps de Taxa de Juro	3
Revisores e Auditores	8

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Portaria n.º 31/2014, de 5 de fevereiro - Estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Setor Social.

Assembleia da República - Lei n.º 6/2014, de 12 de fevereiro - Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, a estabelecer o respetivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.

Ministério da Economia - Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro - Transpõe a Diretiva n.º 2011/83/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa aos direitos dos consumidores.

Ministério da Economia - Decreto-Lei n.º 26/2014, de 14 de fevereiro - Procede à alteração (segunda alteração) do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagens e turismo, reduzindo o valor da taxa devida ao Turismo de Portugal, I.P., pela inscrição no registo nacional das agências de viagens e turismo.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro - No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 242.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, cria o sorteio «Fatura da Sorte».

Banco de Portugal – Aviso n.º 1/2014, de 18 de fevereiro - Altera o Aviso n.º 5/2013, de 18 de dezembro, que regulamentou as condições, mecanismos, e, procedimentos necessários ao cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

2/8

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

Ministério das Finanças – Lei n.º 29/2014, de 25 de fevereiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 de março, que regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial.

Banco de Portugal – Carta Circular n.º 02/2014/DSP, de 26 de fevereiro - Procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas. A divulgação da informação prevista no ponto 4 do Anexo I deve ser iniciada com a publicação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2014.

CONTABILIZAÇÃO DE SWAPS DE TAXA DE JURO

Enquadramento

O processo de globalização acentuou os riscos a que as organizações estão sujeitas, a instabilidade e volatilidade dos mercados leva a que muitas vezes um bom investimento/negócio seja, a curto prazo, visto de uma forma menos positiva.

O risco de mercado assume portanto uma relevância fundamental, no sentido que a empresa pode sentir impactos negativos nos seus resultados e capital devido a movimentos desfavoráveis ao nível do preço de determinadas mercadorias, taxas de juro e taxas de câmbio.

De forma a minimizar os impactos que as variações desfavoráveis possam provocar, as organizações deverão/poderão apostar em técnicas de cobertura de risco, recorrendo à utilização de instrumentos financeiros específicos (*futuros, opções, swaps, fras, forwards, caps, collars e floors*).



O conhecimento de como funcionam, as principais características, riscos e vantagens, são essenciais para afastar a publicidade negativa que alguns destes instrumentos têm sido alvo, por estarem associados a perdas que algumas entidades incorreram na sua utilização.

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

Neste artigo, vamos centrar-nos na contabilização de *swaps* de taxa de juro como instrumento de cobertura.

Conceitos e características

Instrumento financeiro - consiste num contrato que dá origem simultaneamente a um ativo financeiro em determinada entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Swap de taxa de juro - uma operação de *swap* de taxa de juro consiste num contrato entre duas partes em que trocam as características dos seus empréstimos; permitem a troca de: **(i)** juros de taxa fixa por taxa variável; **(ii)** juros de taxa variável por fixa; e **(iii)** troca de indexantes entre duas taxas variáveis.

No momento inicial o *swap* de taxa de juro tem o justo valor de zero, e apenas em períodos subsequentes assumirá o valor positivo (ganho) ou negativo (perda).

Nos *swaps* de taxa de juro, não existe qualquer movimento de capital, sendo que só a diferença entre as duas taxas irá originar fluxos financeiros em cada período.

Normativos

Uma entidade sujeita ao SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deverá aplicar de uma forma integral e/ou supletiva, as seguintes normas: **(i)** NCRF 27 – Instrumentos financeiros ; **(ii)** IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação; IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração; e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações.

Regras de cobertura

Para que uma determinada operação seja classificada de cobertura, é necessário que exista documentação formal que suporte essa mesma cobertura e que essa cobertura seja altamente eficaz (o grau de cobertura deverá estar entre o intervalo de 80% e 125% - IAS 39).

Dossier de cobertura

As empresas deverão constituir documentação que ateste a relação de cobertura existente. Algumas das

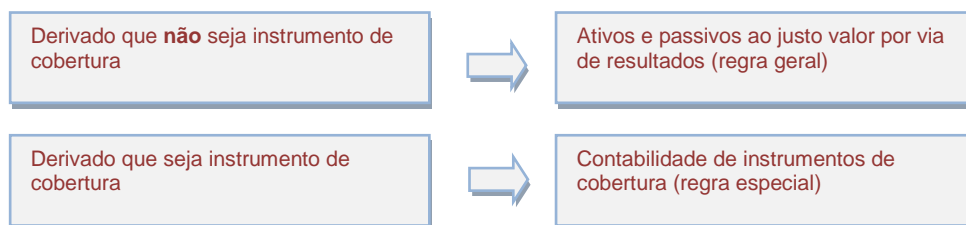


ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

questões a que o dossier de cobertura deverá dar resposta, consistem: **i)** descrição dos objetivos e estratégias de gestão do risco na empresa; **ii)** tipo de relação de cobertura (tipo I – risco de taxa de juro fixa; tipo II – risco de variabilidade de taxa de juro); **iii)** natureza dos riscos cobertos (taxa de juro; cambial; crédito; e outros); **iv)** identificação do item coberto; **v)** transações futuras (montante, momento e preço esperado da transação; e natureza da transação); **vi)** identificação do item de cobertura; e **vii)** testes de eficácia da cobertura.

A relação de cobertura existente é fundamental na definição e forma de contabilização do instrumento financeiro:



Exemplo

Uma entidade contratou em 31/12/X0 um empréstimo no valor de 1 milhão de euros a taxa variável (Euribor + 1%) por um período de 3 anos.

A sua política de risco, determina a utilização de cobertura de taxa de juro variável, para tal, contratou um *swap* em que recebe taxa variável (Euribor + 1%) e paga fixa (4%), sendo que na prática, converte uma dívida à taxa variável, numa dívida à taxa fixa. O pagamento de juros do empréstimo tem uma periodicidade anual e coincide com as datas de pagamento/recebimento do *swap*.

No momento inicial o justo valor do *swap* deverá ser nulo, pelo que não existe qualquer registo a efetuar.

31/12/X1

Assumindo uma taxa Euribor de 5% para o período, a empresa pagaria juros de empréstimo de 60.000€ e receberia de juros do *swap* 20.000€ (diferença entre o valor a pagar 40.000€ e o valor a receber 60.000€). O justo valor comunicado pela instituição financeira seria de 36.668€, sendo este calculado através de modelos de avaliação.

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

Descritivo	Débito	Crédito
<u>Pagamento de juros do empréstimo</u>		
Gastos de financiamento	60.000	
Meios financeiros líquidos		60.000
<u>Recebimento do swap</u>		
Meios financeiros líquidos	20.000	
Gastos de financiamento		20.000
<u>Pela variação do justo valor do instrumento de cobertura</u>		
Outros instrumentos financeiros -swaps (ativos)	36.668	
Out. variações no capital próprio - cobertura de risco		36.668

31/12/X2

Considerando uma taxa Euribor de 2% para o período, a empresa pagaria juros de empréstimo de 30.000€ e pagaria de juros do swap 10.000€ (diferença entre o valor a pagar 40.000€ e o valor a receber 30.000€). O justo valor comunicado pela instituição financeira seria de -9.709€.

Descritivo	Débito	Crédito
<u>Pagamento de juros do empréstimo</u>		
Gastos de financiamento	30.000	
Meios financeiros líquidos		30.000
<u>Pagamento do swap</u>		
Gastos de financiamento	10.000	
Meios financeiros líquidos		10.000
<u>Pela variação do justo valor do instrumento de cobertura</u>		
Anulação do movimento de X1		
Outros instrumentos financeiros -swaps (ativos)		36.668
Out. variações no capital próprio - cobertura de risco	36.668	
Reconhecimento do justo valor em X2		
Outros instrumentos financeiros -swaps (passivos)		9.709
Out. variações no capital próprio - cobertura de risco	9.709	

31/12/X3

No último período a Euribor situava-se nos 4%, a empresa pagaria juros de empréstimo de 50.000€ e receberia de juros do swap 10.000€ (diferença entre o valor a pagar 40.000€ e o valor a receber 50.000€). O justo valor no final será nulo, uma vez que termina o swap.

6/8

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

Descritivo	Débito	Crédito
<u>Pagamento de juros do empréstimo</u>		
Gastos de financiamento	50.000	
Meios financeiros líquidos		50.000
<u>Recebimento do swap</u>		
Meios financeiros líquidos	10.000	
Gastos de financiamento		10.000
<u>Pela variação do justo valor do instrumento de cobertura</u>		
Outros instrumentos financeiros -swaps (passivos)	9.709	
Out. variações no capital próprio - cobertura de risco		9.709

Conclusão

A entidade com esta operação permitiu que, anualmente, os seus gastos de financiamento fossem constantes (40.000 euros), correspondente à taxa fixa de 4%, e como tal, protegidos de variações da taxa Euribor.

A contabilização de cobertura deverá ser descontinuada quando: **(i)** o instrumento de cobertura expirar, for vendido ou termine; **(ii)** a cobertura deixe de satisfazer as condições para a contabilização de cobertura; **(iii)** a entidade revogue a designação; **(iv)** na cobertura de uma transação futura, a transação deixe de ser altamente provável.

A utilização de instrumentos financeiros e da contabilidade de cobertura pressupõem a sua divulgação em notas às contas, pelo que deverão ser consideradas as questões previstas nos normativos sobre esta matéria.



- Paulo Vicente -

Bibliografia:

- NCRF n.º 27 – Instrumentos financeiros;
- IAS n.º 32 – Instrumentos financeiros: apresentação;
- IAS n.º 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;
- IFRS n.º 7 – Instrumentos financeiros: divulgações;
- Opções financeiras, Domingos, Ferreira, Edições Sílabo, 2009, ISBN 978-972-618-519-2;
- Contabilização de Swaps, Formação OROC, Janeiro de 2014.

ORA newsletter

Nº 86 – MARÇO/2014
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas divulgou no seu *site* (www.oroc.pt) o acordo preliminar alcançado no passado dia 17 de dezembro de 2013, pela Comissão, Conselho e Parlamento Europeus, sobre o pacote legislativo da reforma de auditoria¹ da União Europeia.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Os principais pontos acordados incluem informação sobre: (i) Rotação da Firma de Auditoria (estabelece prazos para a necessidade de rotação do auditor, embora preveja, igualmente, disposições transitórias, face à sensibilidade do tema); (ii) Prestação de serviços que não sejam auditoria (é criada uma “lista negra” com os serviços que não podem ser prestados pela firma de auditoria; e reforça o envolvimento do Comité de Auditoria na aprovação dos serviços não relacionados com a auditoria); (iii) Supervisão a nível da União Europeia (foi acordado o estabelecimento de uma Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria, que será composto pelas autoridades nacionais competentes e outros organismos europeus de supervisão, com o objetivo de intercâmbio de boas práticas, melhorar a cooperação, prestar aconselhamento especializado à Comissão Europeia para a adoção das ISA e para a avaliação técnica dos sistemas de supervisão pública dos países terceiros); (iv) Relatório de Auditoria (os requisitos de relato incluem a comunicação dos riscos mais significativos de distorção material (apenas para a auditoria das EIP) e o relato sobre questões relativas a incertezas materiais/continuidade (para a auditoria de todas as entidades)).

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

¹ Sobre este assunto, ver ORA – Newsletter n.ºs 60,61 e 63.